

ZOOM SEMANAL



Mesa discute retorno de servidores à Funasa

Representantes da Funasa e da Condsef/Fenadsef participaram, no dia 21, em Brasília, da 1ª Reunião Ordinária da Mesa Setorial de Negociação Permanente, realizada na sede do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O encontro marcou o início das tratativas sobre temas urgentes que afetam os servidores, em meio ao processo de reestruturação do órgão.

[Veja matéria completa](#)

Mercado reduz projeção da inflação

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerada a inflação oficial do país, caiu de 4,95% para 4,86% em 2025, segundo o Boletim Focus divulgado pelo Banco Central nesta segunda-feira (25). É a 13ª queda consecutiva na estimativa.

Para os próximos anos, as projeções também recuaram: 4,33% em 2026, 3,97% em 2027 e 3,8% em 2028.

[Veja matéria completa](#)



Sindsep participa da 17ª Plenária da CUT/MA

De 28 a 30 de agosto, acontece em São Luís a 17ª Plenária Estadual da CUT/MA – João Batista Gomes (Joãozinho) “Novos Tempos, Novos Desafios”, realizada na sede da FETAEMA. O evento reúne dirigentes de diversas categorias para discutir estratégias da Central diante do atual cenário político e social.

O Sindsep participa com uma delegação de 26 representantes, a segunda maior entre as entidades presentes, reafirmando o compromisso da categoria com a defesa de direitos, a democracia e o fortalecimento do movimento sindical.

[Veja matéria completa](#)

Lutas e conquistas

No dia 28 de agosto, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), maior central sindical do Brasil e da América Latina, completou 42 anos de fundação. Criada em 1983, a CUT tem sido protagonista na defesa dos direitos da classe trabalhadora, da democracia e da justiça social.

Ao longo de sua trajetória, a Central esteve presente em mobilizações por salários dignos, igualdade de gênero e raça, valorização do serviço público e soberania nacional. Um de seus papéis históricos foi a resistência ao autoritarismo da ditadura militar, reafirmando seu compromisso com a democracia e com a luta contra políticas neoliberais que ameaçam conquistas sociais.

[Veja matéria completa](#)

Além das redes: exploração infantil também ocorre em outras áreas da sociedade

O debate na sociedade sobre a “adultização” de crianças ganhou fôlego recente a partir da denúncia do youtuber Felipe Bressanim, o Felca, que em seu vídeo “Adultização” revelou como crianças e adolescentes vêm sendo explorados em redes sociais e expostos de forma sistemática a conteúdos inadequados.

Por outro lado, o Professor de Música Clássica pela USP, Bacharel e mestre pela UNESP, Thiago de Souza, conhecido como Thiagson, pesquisador do gênero funk e, portanto, conhecedor da realidade dos jovens nas periferias das cidades brasileiras, alertou em suas redes sociais que o debate da exploração infantil não pode se restringir ao ambiente virtual.

Em um vídeo em que traça um paralelo entre o caso denunciado por Felca e a exposição de crianças no funk, citando vários artistas mirins que ao longo dos anos geraram polêmica pelo conteúdo de suas músicas e levaram o Ministério Público a investigar os casos, Thiagson critica o termo “adultização”, sugerindo que “ausência de infância” seria mais adequado, argumentando que a infância não é inata, mas uma construção social que exige investimento financeiro e cuidado coletivo.

O vídeo do professor trata de um segmento específico e se refere a condições sociais de vulnerabilidade para trazer a reflexão de que crianças pobres e periféricas, muitas vezes, cantam letras sexualmente explícitas como consequência de uma infância “roubada” pela pobreza. “Para muitas crianças ter infância é um luxo”, ele reforça.

Para a secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos da



CUT, **Jandyra Uehara**, “é preciso ampliar o debate para outras formas de exploração que mascaram o trabalho infantil. A sociedade mercantiliza a infância, as colocando como miniadultos em todas as dimensões. Isso precisa ser questionado”, diz, reforçando que a CUT tem posição muito clara em defesa dos direitos da infância e contra qualquer tipo de mercantilização.

Nesse mesmo sentido, a Procuradora do Trabalho Luísa Carvalho Rodrigues, Coordenadora Nacional da Coordinfância (Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente), do Ministério Público do Trabalho (MPT), destaca que “o enfrentamento exige “ampliar políticas públicas, garantir renda às famílias e fortalecer a rede de proteção.”

O MPT, ela explica, atua responsabilizando exploradores, acionando plataformas digitais resistentes a acordos de proteção e promovendo programas como o **MPT na Escola**, que já alcançou mais de 1 milhão de estudantes, e iniciativas de aprendizagem profissional que inserem adolescentes de forma protegida no mundo do trabalho.

Trabalho infantil

Em 2023, o Brasil ainda contabilizava **mais de 586 mil crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos em situação de trabalho infantil**, segundo dados do IBGE. Muitas delas sem acesso à escola de forma contínua, ao lazer, à cultura ou a

políticas públicas básicas.

A CUT sempre teve atuação ativa e permanente nos fóruns de erradicação do trabalho infantil, como o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), do qual faz parte junto com MPT e outras entidades.

“A exploração e a adultização de crianças não acontecem por acaso ou de forma isolada. Elas fazem parte de um sistema de desigualdade que atinge principalmente os filhos e filhas da classe trabalhadora. Por isso, o trabalho infantil não é apenas uma violação de direitos; contribui para manter e reforçar as desigualdades sociais de geração em geração”, afirma Jandyra Uehara.

Para a procuradora do MPT, o termo “adultização” ganhou os holofotes com as denúncias recentes, mas a essência do problema – coagir uma criança a assumir responsabilidades e comportamentos de adulto – é o **cerne do combate ao trabalho infantil há séculos**.

“Trabalhar é coisa de adulto, por razões biológicas, físicas, mentais e de fase de desenvolvimento. Crianças e adolescentes são sujeitos em condição especial de desenvolvimento. Impor a eles a carga e a responsabilidade do trabalho é uma inversão de papéis que não deveria acontecer”, afirma Luísa Carvalho.

Fonte: www.cut.org.br/noticias